

Papel do Estado gera controvérsias

Cynthia Malta
De São Paulo

Para fazer um país como o Brasil crescer, o Estado deve desempenhar um papel mais intervencionista — estimulando investimentos produtivos, via incentivos fiscais e crédito a juro subsidiado, para determinados setores? Ou deve apenas adotar uma política econômica que busca e mantém a estabilidade, criando um ambiente propício para as empresas investirem?

O debate sobre esse velho dilema continua criando polêmica entre economistas tarimbados — com larga experiência nos setores público, acadêmico e empresarial —, como se viu ontem no seminário “Rumos da Economia”, realizado pelo Valor.

“O governo tem seu papel no desenvolvimento. Precisa estimular e fazer surgir o instinto animal nos empresários”, disse o deputado federal (PP-SP) e ex-ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto. Citou como exemplo a criação do Moderfrota — basicamente, uma linha de crédito especial do BNDES, aberta em 2000 com o objetivo de facilitar a compra de tratores, colheitadeiras e máquinas agrícolas. “Este foi um momento de lucidez do governo. Foi quando o presidente Fernando Henrique Cardoso disse: é exportar ou morrer. Aí, a agricultura cresceu e hoje o Brasil é exportador de máquina agrícola.” Esse caso, disse, mostra que “nem todo subsídio é pecaminoso”.

A economista Eliana Cardoso discorda. Ela, que gerenciou o departamento de política econômica para a América Latina e o Caribe do Banco Mundial (de 1998 a 2000), é contra a concessão de incentivos ou subsídios a determinados setores. “Eu defendo o incentivo horizontal. Se é para ter crédito mais barato, que se dê juro mais baixo a todos; que a carga tributária seja mais baixa para todos”. Em sua opinião, quando o governo cria um Moderfrota, também abre uma distorção na economia — ao beneficiar um setor em detrimento de outros. Segundo ela, “o incentivo ao capital distorce seu preço em relação ao trabalho e acaba gerando capacidade ociosa”.

Por isso, Eliana não aprova a política industrial anunciada há um mês pelo governo Lula. “Me sinto



Na mesa dos debates estão Nakano, Delfim Netto, a mediadora Maria Clara R. M. do Prado, Haddad e Eliana Cardoso

desconfortável.” Ela acha que o BNDES deveria operar como “o banco de desenvolvimento do Chile, que empresta a juros de mercado. Não há subsídios.”

O ex-ministro das Comunicações e publisher da Editora Primeira Leitura, Luiz Carlos Mendonça de Barros, discorda. “Se eu concordasse com Eliana Cardoso, não teríamos a agricultura que temos hoje”. Os bancos, observou, estão indo atrás do setor agrícola, oferecendo crédito pois, há cerca de 15, 20 anos decidisse que a agricultura era algo importante, que precisava de crédito a um juro mais baixo.

Mendonça de Barros também lembrou o caso da Embraer, que nasceu voltada para abastecer o setor militar, mas conseguiu sucesso comercial no exterior porque soube usar o conhecimento tecnológico acumulado ao longo dos anos pelos técnicos e teve, e ainda tem, amplo acesso a crédito facilitado do BNDES. Sobre a política industrial do governo Lula — que selecionou os setores de fármacos, bens de capital, softwares e semicondutores para receber crédito mais barato do BNDES e do Banco do Brasil —, Mendonça de Barros disse que “está na direção certa, mas não acho que vá dar certo pois esse governo é contraditório.”

Quando se discute política seto-

rial, diz o professor do Instituto de Economia da Unicamp, Luciano Coutinho, “surge o preconceito; algo perigoso, que desperta a fome por subsídios.” Ele aprova o fato da política industrial do governo Lula ter foco em inovação tecnológica, “mas isso é só um pedaço da política setorial.” Coutinho vê deficiências no governo para organizar e coordenar, uma agenda que estimule o setor privado a investir e, como consequência, faça a economia voltar a crescer de forma sustentada.

“Não tivemos e não temos uma política de crescimento por dificuldades de implementar políticas setoriais. Enquanto a política macroeconômica é trabalho de solistas, a microeconomia exige um trabalho de orquestra, exige de todos os ministros, transcende a equipe econômica”, observou o sócio-diretor da consultoria Tendências, Gustavo Loyola. “É como em Brasília não existe vácuo, se não existe política micro, há o inchaço da política macro”, disse Loyola, que foi presidente do Banco Central na primeira administração de Fernando Henrique Cardoso.

Loyola não concorda com a visão de que o Estado deve ser um grande investidor, estimulador de investimentos produtivos. “Tenho um certo ceticismo em relação a investimento do setor público, que

tem um histórico de investir mal.”

O ex-diretor do BC e diretor executivo do Banco Itaú, Sérgio Werlang, aproxima-se da visão de Eliana, mas faz uma concessão. “Aprovo a ideia de dar incentivo fiscal a investimentos em pesquisa e tecnologia”, disse. Mas defende que isso seja aplicado a uma gama maior de setores, não apenas aos quatro que estão na política industrial do governo Lula. Ele cita a Embrapa, empresa federal dedicada a pesquisa agropecuária, como exemplo de dinheiro público bem empregado.

O diretor-presidente do Ibmecc Educacional e ex-sócio do Banco Garantia, Claudio Haddad, alinha-se com os economistas que defendem um Estado enxuto e garante que “não há a menor possibilidade de (o Brasil) crescer via gastos (do governo).” Criticou a figura do Estado-investidor e citou como exemplo de fracasso nessa área a ex-estatal siderúrgica Açominas, que consumiu US\$ 7,5 bilhões (de 1977 a 1987) para ser construída e foi vendida por menos de US\$ 1 bilhão (em 1993).

O diretor da Escola de Economia da FGV, Yoshiaki Nakano, lembrou que do início dos anos 90 para cá o setor mais beneficiado foi o financeiro. Ele defende um câmbio desvalorizado, que estimule a exportação de manufaturados.